

EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DO CINEMA BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Kaique Aparecido Gonçalves e Silva
Graduando de Filosofia – Bolsista Prograd/UFU
kaique555666@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção relatar o processo de implantação e de resistência do projeto no espaço escolar apresentando, como principal objetivo, o acesso, a divulgação e a valorização da cinematografia brasileira. O olhar que lançamos sobre as produções cinematográficas tem a intenção de ampliar o seu lugar no espaço escolar, não como uma linguagem que ilustra determinado conteúdo, mas que contribui para ampliar a cultura, a arte, o encontro com imagens e pensamentos, possibilitando a efetivação da presença do cinema na Educação Básica. Tal proposta tem por objetivo contribuir para cumprimento da lei n. 13.006, de junho de 2014, qual determina que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais”. Acreditamos que a difusão da cinematografia brasileira possa possibilitar uma nova reestruturação cognitiva no estudante em processo de formação. Diante disso, teremos alunos munidos com um senso crítico mais apurado para questões que assolam nossa sociedade moderna, a saber: desigualdade econômica, social, ausência de justiça e políticas públicas ultrapassadas mal executadas.

Palavras-chaves: Cinema. Escola. Cultura.

INTRODUÇÃO

São diversos os campos de pesquisa que tratam das produções cinematográficas e da sua presença nos diferentes espaços, como o escolar. Sabe-se que o contato com os filmes faz-se presente na prática pedagógica, o que torna necessário o desenvolvimento de reflexões relativas à aproximação entre o cinema e a educação escolarizada (BARBOSA, 1999; DUARTE, 2002). Segundo Oliveira Jr. (2012), as obras cinematográficas são apropriadas pelos docentes em suas narrativas didáticas e generalizantes, incorporando em suas aulas e nas unidades de programas características presentes nos produtos audiovisuais em uma perspectiva educacional. Assim, os filmes tornam-se um recurso pedagógico utilizado pelos docentes que acreditam, ao utilizá-los, propiciar aos estudantes uma visão real dos fatos e acontecimentos do assunto em estudo.

O projeto Sétima na sexta era realizado nos anos de 2016-2017 na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU), uma vez por mês no período vespertino, de modo que o dia para a exibição seja uma das quatro sextas feiras do mês. Procurou promover momentos que possibilitassem o desenvolvimento de uma educação visual, que não tem a imagem como uma ilustração,

mas como criação de visualidades e de ampliação da cultura e da valorização das obras cinematográficas.

Tendo como objetivo proporcionar aos alunos e demais membros da comunidade escolar uma reflexão sobre a presença do cinema no ambiente escolar, pois o atual sistema educacional carece de uma re(estruturação) nas suas bases e componentes curriculares, bem como no próprio espaço físico da escola. Como uma das etapas do projeto foi realizado o levantamento e a seleção de filmes de produção nacional de interesse dos discentes da escola, mas também outros filmes que não foram indicados. Na seleção dos filmes, também foi considerado, as produções de diferentes épocas, a diversidade de gêneros como a comédia, o drama, o suspense, o documentário, a ficção e filmes que não foram exibidos nos canais abertos e que não fazem parte do circuito comercial.

Ao longo do seu desenvolvimento, o projeto teve a intenção de aproximar o cinema da escola, contribuindo para que as produções cinematográficas nacionais cruzem a escola, participem e se embaralhem nos pensamentos, nas práticas e nas aprendizagens de estudantes da Educação Básica. Refletindo sobre uma possível melhoria no programa educacional vigente, nós nos deparamos com modelos de escolas cujos projetos pedagógicos estão estagnados e sem atualização curricular.

Para a avaliação do projeto foi privilegiado os momentos das rodas de conversa, em que foi possível observar os caminhos percorridos pelas discussões. Para tanto, ao longo de cada sessão, foi registrado o desenvolvimento, os posicionamentos, os apontamentos e as reflexões apresentadas pelo grupo com o objetivo contribuir para (re)pensar a organização, a execução, a modificação e a divulgação do projeto na instituição escolar.

Essa remodelagem curricular se faz necessário para comportar uma sala de cinema. Mas, por que educar através de imagens/filmes? Qual o papel que a sétima arte tem no processo de alfabetização, no processo de erudição e na formação deste jovem? Para a efetivação dessa proposta foi idealizado e implementado o “Projeto Sétima na Sexta: o cinema na escola”.

Ciberespaço e Cibercultura

Partindo dos questionamentos anteriores, podemos inferir que o contato direto com cinematografia, em específico a cinematografia brasileira, deve acontecer de forma que internalize o processo de aprendizagem tornando-o conciso, eficaz e interessante. Ora, essa geração de jovens estudantes pode ser renomeada como ciberpessoas (LÉVY, 2007). Considerando este tempo como uma nova era de acesso a várias informações, através de um simples clique, nós encontramos diante de uma transformação, onde deixamos de ser humanos para nós tornamos indivíduos virtuais, vivemos a realidade de nossas vidas conectados uns com os outros no ciberespaço.

O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo ‘cibercultura’, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p.17).

Com isso, aquilo que mais chama atenção na obra de Pierre Lévy são suas posições acerca da nova relação que o homem estabelece com o saber, uma vez que está

totalmente imerso na cibercultura. O ciberespaço amplifica, exterioriza e modifica as faculdades cognitivas humanas como o raciocínio, a memória e a imaginação.

O que é preciso aprender não pode mais ser planejado nem precisamente definido com antecedência [...]. Devemos construir novos modelos de espaço dos conhecimentos. No lugar de representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em 'níveis', organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes 'superiores', a partir de agora devemos preferir a imagem em espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa posição singular e evolutiva (LÉVY, 1999, p. 158).

Acerca desse apontamento temos em nosso alcance a oportunidade de promover uma nova reestruturação social através da “transmissão eletrônica de informações em imagem-som que propõe uma maneira diferente de inteligibilidade, sabedoria e conhecimento” segundo ALMEIDA, 2004, p. 16. Almejando somar a interdisciplinaridade com o acesso direto e indireto ao conhecimento, far-se-á necessária uma importante readaptação da linguagem oral, para uma linguagem imagética. Ou seja, tendo em vista o entretenimento como conceito presente e potente, toda comunicação ganhou corpo, expressão, cores e agilidade no alcance do seu destinatário. Através desse posicionamento no tempo/espaço, a exibição e o compartilhamento dos conhecimentos teóricos básicos acabou por se tornar atemporal e útil, assim um simples ato de ver filmes e consequentemente analisá-los representa a:

Vontade de entender a nossa sociedade massificada, praticamente analfabeta e que não tem uma memória escrita. Uma sociedade que se educa por imagens e sons, principalmente da televisão, quase uma população inteira (ricos, médios e pobres) que não tem contato com a escrita, o contato da memória da escrita, a reflexão com a escrita (ALMEIDA, 2004, p. 12).

Contudo, essa valorização da nossa cultura local é algo ainda muito insipiente e, como resultado dessa insipiência formou-se uma preferência, construída e vendida por uma mídia manipuladora, por filmes estrangeiros, de modo que sobrepomos nossa própria arte cinematográfica em prol da moderna e atrativa indústria cultural americana. É certo que a função do cinema seja provocar sensações e sentimentos capazes de mudar o pensar daquele que vê, entretanto, de início temos nas bases de toda interação consciente entre sujeito/aluno com uma cibercultura desconhecida. Porém, com anegação e o desinteresse por uma cultura nacional riquíssima em filmes, a saber: “Terra em Transe” (1967) de Glauber Rocha ou “O Bandido da Luz Vermelha” (1968) de Rogério Sganzerla ambos trazem consigo fatos norteadores sobre nossa cultura.

O primeiro filme retrata uma fortíssima crítica à forma populista de como a política se consolidou no Brasil. Já o segundo é baseado numa história real, retratando a trajetória do bandido Jorge. Para termos uma sociedade cujos membros venham a ser conscientes de sua própria cultura tornar-se-á necessário a reordenação deste sistema social, isto é possível por intermédio de uma constante exposição de filmes que venham crescer, libertar e proporcionar o acesso ao conhecimento – transformador – que incide não apenas sobre o estudante, como também fomenta o processo de mudança social, isto é, aquele estudante voltará para seu ambiente familiar mudado e repleto de conhecimentos necessários para acrescentar ao nicho familiar oportunidades de reflexões.

Ora, pois, a exibição de filme nas escolas busca acrescentar aquele estudante em formação, conhecimentos necessários para ativar um senso crítico mais apurado. E, por

consequente haveria uma formação mais independente do controle das mídias, de certo estaríamos proporcionando o acesso ao nosso acervo histórico cultural. Visando essa transformação por intermédio do senso crítico dos nossos jovens, os projetos pedagógicos das escolas careceriam da inserção de métodos inovadores que sejam suficientemente autônomos para com o modo como se transmite o conhecimento das diversas áreas do saber teórico. Isso aconteceria porque a nova cultura digital permite o acesso destes jovens estudantes a uma estrutura precariamente difundida, nossa cultura cinematográfica. Objetivando tornar-se aquele estudante um organismo consciente do espaço/tempo, o cinema atua como agente transformador, oferecendo não só o acesso como também o conhecimento necessário sobre um ciberespaço tão amplo. De certo, teríamos novos componentes curriculares melhores e mais interessantes, realizando de fato uma educação transformadora.

Como consequência desse sistema educacional falido e ultrapassado far-se-á a necessidade de uma descolonização do pensamento através de novas perspectivas educacionais, uma delas são as produções cinematográficas. O uso de filmes em sala de aula se faz não só pela cultura da sétima arte, mas também como processo qualificativo e libertador promovendo um autopensar, isto é, uma melhor reflexão. Contudo, nos deparamos com algumas questões: este filme é adequado para qual série? Considerando que este discente terá contato e será exposto não apenas a conteúdos explícitos fora do espaço escolar, como também, em alguns casos, tentará reproduzir aquela imagem, aquele vídeo mediante a curiosidade e a falta de informação. Ora, por que não trabalhar temas polêmicos a partir de um viés cinematográfico? Hegel sugere em seus cursos de estética a arte como educação do espírito, entretanto ele só considera a música e a literatura como meios de unificação dos sentidos, isto em seu tempo. Partindo desse pressuposto, e trazendo essa proposta de arte como meio de educar para esta época temos o cinema como arte educadora, e com isso a marca de um novo estágio para as artes bem como para uma educação lúdica e dinâmica.

Pois, em sua totalidade, a exibição de um longa-metragem, por exemplo, atrai com mais ânimo e afinco a atenção do seu espectador. Como resultado ele é conduzido a experimentar novas situações e possibilidades: cognitivas, afetivas, estéticas e culturais. Práticas interdisciplinares são usadas como forma de orientar o aluno a pensar por si só, todavia, ainda não despertamos para o livre pensar do pensamento consciente. Para que isso ocorra de modo seguro e eficaz aquele estudante incipiente não toma consciência disso antes de ter aferido por vontade própria o desejo de conhecer, diante de um quadro maçante de matérias teóricas, como que esse aluno irá manifestar a vontade de conhecer, sabendo que o padrão de ensino é a figura do professor a frente da turma explicando o conteúdo e os alunos quietos e suprimidos. “Uma sociedade que se educa por imagens e sons, principalmente da televisão, quase uma população inteira (ricos, médios e pobres) que não tem contato com a escrita” (ALMEIDA, 1999, p.12).

As produções cinematográficas são diversas, sendo muitas obras indicadas em livros didáticos com objetivo pedagógico, o uso dos filmes no espaço escolar deve ser pensado em uma perspectiva múltipla, não somente sob o olhar do autor/diretor e do espectador, mas na (inter)relação entre os diferentes olhares, permitindo um diálogo mais amplo para a produção, a sociedade e o meio escolar, pois “[...] no cinema nem tudo é verdade ou completamente falso, porque nenhum filme é incoerente” (BARBOSA, 1999, p.113).

A vontade que empreendemos para realizar as produções culturais e cinematográficas tem como fundamento basilar a descolonização do micro pensamento incutido no estudante em formação, no âmbito escolar, com isso acessaremos novas fontes de conhecimento que nós permitirá realizar a difusão e o desenvolvimento de

uma educação visual tanto para aquele estudante recém-alfabetizado do ensino fundamental; quanto para os próprios profissionais de educação e os familiares daquele discente. Se por um lado o acesso a este conhecimento se realiza como meta, por outro lado concede a plena liberdade de expressar o que pensamos e o porquê pensamos. Consoante à realização e produção de uma cultura de massas que constantemente exige profissionais mais qualificados e experientes, também temos uma “educação de massas desatualizada de seus trabalhadores, que bombardeia sua competência e os desprofissionaliza” (ALMEIDA, 1999, p.14). Sucintamente questionamos o funcionamento do modelo educacional brasileiro, bem como suas diretrizes curriculares no que tange a priorização do ensino por uma constante reprodução em vez de promover um descolonizar do conhecimento e pensamento do estudante; não se educa e tampouco se torna um estudante autônomo com conteúdos superficiais e práticas pedagógicas ultrapassadas. Mas sim com o acesso à própria cultura que processo libertadora consciência desse indivíduo é realizado. Almejando-se uma nova reestruturação dos conteúdos curriculares através do contato com cinema na escola contribui para que nossas produções cinematográficas cruzem a escola, participando e se embaralhando os pensamentos, as práticas e as diversas formas de aprendizagens entre docentes e discentes não só da educação básica, como também o ensino fundamental, médio e superior.

Nesse prospecto o cinema se torna a contra cultura libertadora, ora, pois, hoje, nossa sociedade vivendo um ciclo replicante de limitados intelectos que em suas produções, limitam-se a coibir e negar a reprodução daquilo que não é tido como padrão e conteúdos curriculares inovadores, e ainda por cima extremamente extenuante. Buscando proporcionar a essa nova geração de estudantes que vivem interconectados nas mídias um torna-se ser consistente de si para em seguida terem como acessar de modo pleno a nossa cultura tomando-a para eles e com isso faça se o reforçar da ponte que sustenta o descontentamento, a inquietação contra a marginalização da nossa própria cultura cinematográfica. Sendo isso um importante fator para a descolonização do modo com o qual se vem concebendo e transmitindo o educar durante as 4 horas de chatos e cansativos conceitos, teoria e conhecimento oferecido pelo ensino público.

Além do mais estaria o filme sendo vislumbrado por todos pelo menos por duas horas, conforme orienta o projeto de lei 13.006/14 do senador Cristovam Buarque que acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 26 da lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, propondo que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por no mínimo duas horas mensais”. Garantindo o acesso a nossa cultura cinematográfica com a exibição de filmes na educação básica.

Entretanto, temos algumas questões que acabam por se tornar necessárias, sendo elas: será exibido que tipo de filmes? Quem será a pessoa ou pessoas que iram selecionar estes filmes? Deixar-nos-emos nossos educandos terem acesso a quaisquer filmes, independente da idade e da classificação do filme? Ao fazermos essas indagações, seguramente estamos diante de uma sociedade cujo significado real de coexistir perpassa através dos “sons da fala mimética da subjetividade do homem urbano, cuja maioria lê pouco, ouve, vê e fala muito, imersa numa eterna infância cultural¹” (ALMEIDA, 2004, p 27). Em contrapartida, ao promover sessões de cinema no âmbito escolar com filmes nacionais almeja-se conectar com os estudantes que se encontram

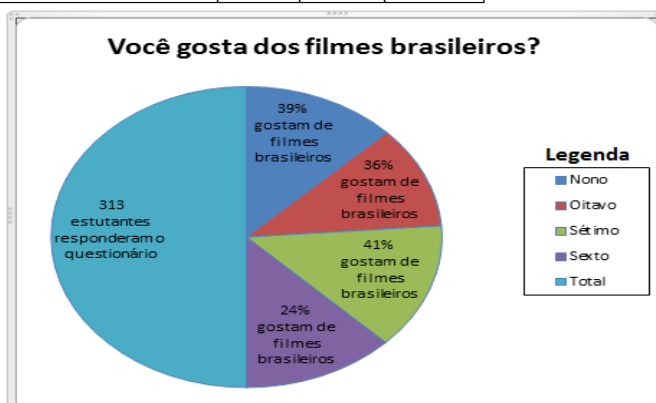
¹ Infância cultural: é uma metáfora utilizada pelo autor cujo sentido se realiza pela formação de estados sociais e psicológicos, tais como: interação com produtos da indústria cultural de maneira singela, repetitiva. A necessidade de sempre ver/ouvir o mesmo.

negados, ou seja, que se encontram silenciados por um sistema educacional limitado nos componentes curriculares e maçante em sua extensiva carga horária; ao passo que tornaria seu aprendizado um auto processo de sair-de-si mesmo – de modo contínuo – em busca de conhecimentos, cultura, atitudes conscientes, imaginação, criatividade, autonomia e senso crítico para intentarem uma mudança sociopolítica efetiva em macro escala. Portanto uma exibição de cinema não é uma simples projeção de imagem e som, assistir cinema é ter uma erudição mais aprimorada, mais democrática além demais prazerosa; objetiva-se com essa formação sólida o desenvolvimento do senso crítico independente, porque é por intermédio dele que agimos como sujeitos capazes de realizar escolhas mais assertivas que promovam uma maximização do coletivo atuante/consciente.

Descolonizando olhares e pensamentos

A partir das perguntas anteriores, buscamos entender qual a importância do filme, filme brasileiro, a ser exibido na escola. Para demonstrarmos essa importância devemos considerar o filme em si como um agente libertador, pois ele conduz o indivíduo a vários mundos possíveis, (acrescentar teoria de Leibniz) proporciona, além disso, o despertar da imaginação não só do estudante, mas também do docente e da sociedade. Nesse intuito percebemos a importância da divulgação da nossa cultura cinematográfica, ora se a escola não consegue ou mesmo não busca acompanhar o processo de evolução que o conhecimento traz consigo quando passado para aquele estudante, a escola está cometendo um ato omissivo, isto porque a cinematografia brasileira é tida aos olhos dos alunos como algo chato, desinteressante, simples e sem graça, conforme questionário aplicado para os alunos da Eseba.

Ano de ensino	Quantidade de alunos que responderam se gostam dos filmes brasileiros	Respostas positivas	Respostas negativas	Alunos que tiveram dúvida	Total de alunos que gostam de filmes brasileiros	Total de alunos que não gostam de filmes brasileiros
Nono	80	31	30	19	39%	38%
Oitavo	69	25	25	19	36%	36%
Sétimo	85	35	30	20	41%	35%
Sexto	79	19	37	23	24%	47%
Total	313	110	122	81		



2

Podemos perceber através do gráfico que o gosto por cinema, em específico o cinema nacional, é ainda muito pequeno. Temos, por exemplo, um sexto ano, onde 24%, ou seja, $\frac{1}{4}$ dos alunos gostam de filmes nacionais, a partir desses dados percebemos o quão pouco é difundida nossa cultura e principalmente nossa

² Tabela contendo o total de alunos que responderam o questionário do blog: sétima na sexta. Juntamente com o gráfico representando a porcentagem de alunos, separados por ano de ensino, que demonstraram gostar de filmes brasileiros.

cinematografia. Como proposta de minimizar esse fatigoso cenário temos a lei 13.006/14 que regulamenta as exibições de cinema nos anos iniciais da rede básica, contudo essa proposta colocada de modo obrigatório não tem tido muita adesão tanto dos profissionais, quanto dos próprios estudantes. Isso vem acontecendo porque a realização de uma ampla formação que proporcione simultaneamente o acesso à informação de qualidade, e não mais quantitativo, não tem acontecido, ora para se realizar uma transformação efetiva na realidade a qual pertence àquele estudante é preciso despertar o interesse dele antes de qualquer coisa, pois somente com a devida motivação e informação – ambas encontram-se pré-dispostas – contudo, sua ativação acontecer-se-á por meio da auto internalização da nossa cultura. Nesse ínterim, é possível aprimorar o senso crítico do estudante tornando-o consciente, mediante um acesso mais democrático a cultura em si é concebida como:

uma caixa de ferramentas à disposição de nossa potência mental: a ciência, a técnica, nosso conhecimento dos fatos históricos e sociais, a língua, as palavras, e as imagens disponíveis, as ideias, os esquemas de pensamento, as frases espirituosas, as ferramentas intelectuais trazem cada uma sua contribuição. Em meio a esse equipamento, os instrumentos de observação, de simulação e de navegação no conhecimento ampliam singularmente o campo do imaginável e, nesse sentido, contribuem para melhorar nossas escolhas (LÉVY, 2007, p.207).

Essa visão cultural é erroneamente construída por uma indústria cultural, a qual nossos jovens são subnutridos com toneladas de informações superficiais e desnecessárias, ou seja, assimilamos em sua totalidade, um amontoado de lixo cultural que perpassa entre nós incessantemente sem sequer houver um processo de filtragem entre o lixo cultural da cultura genuína. Essa importação de uma cultura extrínseca acontece em detrimento da alienação do pensamento crítico, trazendo consigo negligências e danos irreversíveis à formação deste estudante. A saber, temos consequências que vão de uma simples incorporação de culturas externa a nossa própria cultura; como também temos a concretização de um consumismo sem limites de produtos, ornamentos e vestimentas que são vistos nos filmes; outra assimilação são os péssimos hábitos alimentares impostos pelas grandes redes de fast food através do marketing massivo encontrado nos filmes hollywoodianos; e, por fim uma das consequências mais nefastas, a incessante espoliação que o indivíduo/estudante sofre, isto é, por ausência de mecanismo que visem minimizar ou mesmo filtrar todo o lixo cultural, o estudante desenvolve um apodrecimento cognitivo das faculdades psíquicas, e como consequência tem a pré-disposição para ter ansiedade, transtornos emocionais e atitudes agressivas por não ter oportunidade de viver aquela realidade transmitida nos filmes – a depender do filme. Todas essas consequências não passam de

Um negócio, eles a utilizam como ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quando à necessidade social de seus produtos (ADORNO, 1985, p. 114).

Adorno se mostra apegado à primeira parte da leitura de Marx: intelectuais e artistas como simples assalariados e submetidos às leis do mercado, somente a erudição conserva o meio que supostamente caracteriza as belas artes. A cultura de massas é sinônimo do lixo produzido pela indústria cultural. Deste modo, o “espectador que nunca vê cinema, vê sempre o filme. O filme é sempre um tempo presente, seu tempo da projeção” (ALMEIDA, 2004, p.40). O cinema, tal como a poesia no tempo de Hegel, busca integrar todas as artes ao incorporar na película o som, o ritmo, a textura, a

profundidade, a performance, a palavra e a fotografia. As projeções cinematográficas produzem a unidade imagética que funde nos 24 quadros por segundos a música, a dança, a pintura, a escultura, o teatro e a literatura, todas juntas, fazem do filme algo que ultrapassa a somatória dessas artes, por isso, o cinema é capaz de envolver o espectador, trazendo-o para dentro da trama.

Com a presença do cinema na escola é possível dizer que haverá novas formas de acessar e executar um “upgrade” do intelecto dessa nova geração de estudantes, e isto se torna possível porque acontece uma dinamização das transmissões de conteúdos curriculares através de uma simples projeção de áudio e imagem cujo objetivo seja interpretar a própria realidade social e cultural de nossa sociedade, deste modo relacionar-nos-emos melhor, enquanto seres sociais, uns com os outros, à medida que compreendemos o que é ter uma cultura que transborda de fatos sociais, históricos e políticos. Para empreendermos uma mudança no âmbito escolar que acrescente cultura à formação não só dos estudantes, com também dos docentes da educação valores éticos e morais é importante sabermos associar formação com informação na construção de um sistema educacional integrador de mecanismos necessários para conduzir o estudante em formação, a ser um indivíduo atuante na sua sociedade.

Apesar de ter si construído um plano metodológico que fomente a descolonização do pensamento através da cinematografia nacional, as dificuldades impostas são maiores e inviabilizam essa realização. Uma vez que, a lei 13.006/14 regulamenta a exibição de filmes na educação básica, contrariamente nos deparamos com inúmeros entraves burocráticos que anulam a sua realização, sendo eles de ordem pessoal (temos a resistência de muitos profissionais da educação sobre essa inserção do cinema na escola), estrutural (as escolas públicas não são preparadas ou projetadas para exibir filmes com som e imagem de qualidades) e de ordem política, nesse sentido nós deparamos com um anacronismo estrutural. Isso ocorre porque

Os seres são movidos por ressentimentos e culpas deslocadas, por cálculo e sordidez, ausência de solidariedade, somente relações de interesse imediato, enfim, a violência do mercado livre, controlado por potências misteriosas, que surgem e desaparecem inexplicavelmente, ambição e competição pelo aniquilamento do outro (ALMEIDA, 2004, p.30).

Em decorrência dos fatores supracitados temos uma inabilidade na composição e estruturação dos componentes curricular que vêm sendo cunhado, projetado e posto como uma política de “tapa buracos”, isto é, temos um engessamento das faculdades cognitivas dos estudantes já no período inicial de alfabetização quer por ideologias hegemônicas, quer por uma gama de professores, gestores pedagógicos, administradores públicos que lesam-sabem o indivíduo/estudante. Entendemos que esse posicionar-se seja contrário a autonomia e a descolonização do pensamento daqueles estudantes, porque tais profissionais consideram as “imagens épicas, líricas, dramáticas são transfigurações/criações estéticas que o cinema opera sobre a realidade, a vida e não podem ser interpretadas como imagens da vida/história tal como ela é ou aconteceu (ALMEIDA, 2004, p.38)”.

Paralelamente com as dificuldades vivenciadas sobre a inserção da arte cinematográfica nas escolas, temos a teoria de Baumgarten que considera como sendo uma sensibilidade criadora a faculdade responsável pela concepção ‘clara e confusa’³ da

³ A ideia de claro e confuso cunhado por Baumgarten significa que todo conhecimento claro é por si só compreensível e de fácil acesso, pois ele se apresenta do mesmo modo como é entendido pelos sentidos e assimilado pela razão. Já o conhecimento confuso é entendido como uma condição para descobrirmos o sentido implícito contido no caos, em outras palavras, o conhecimento confuso é fonte

ordem do mundo e dos sistemas existentes que operam sobre a consciência dos indivíduos. Esta percepção que adquirimos é intermediada por fatores socioculturais que são extrínsecos a existência de uma consciência coletiva, logo a causa de nossa negação intelectual é resultado das experiências com as quais não obtemos os devidos conhecimentos sobre fatos realistas que envolvam a cultura como os objetos contidos numa história que ainda acontece por sua importância para se ensinar e sistematizar o conhecimento do que consideramos como arte, seja pinturas artísticas, seja esculturas artísticas, e mais recente temos a sétima arte, ou seja, o cinema. Desse modo, a realização da arte representa a unidade do mundo nos mostrando que esta é uma criação não só bela, como também é agente transformador tanto social e cultural, quanto individual.

À medida que o interesse do estudante vai sendo formado concomitantemente seu aparelho intelectual será expandido para além dos muros da escola. Nesse sentido, é importante garantir que durante todo o processo de alfabetização bem como a sua formação será proporcionado a estes estudantes meios para eles próprios fazerem uma cisão permanente entre o certo e o errado, logo este discente deixará de ser apenas um indivíduo erudito para vir-a-ser um cidadão ético e moral. Tendo em vista esse acréscimo constante de cultura como processo qualitativo educacional que proporciona inúmeras compreensões sobre como democratizar o acesso ao ciberespaço, local onde se localiza os jovens estudantes desse presente. Sabendo que esse mundo virtual não pode ser parado ou tampouco desligado, buscamos esclarecer através do acesso a uma educação reformadora e descolonizada que é colocada como inviável porque têm-se convergências, porém contrário, às políticas públicas nossas configurações operacionais, cognitivas e psicológicas atuam em todos os inconscientes de todos os estudantes.

Considerações finais

Ora, seria, de fato, possível uma formação que visasse à libertação do pensamento eurocêntrico contido no entendimento de ente consciente do espaço e tempo a qual fazem parte tanto indivíduo social quanto estudante em processo de transformação, senão fosse por um modelo educacional unificador. Mas, para que essas mudanças consigam acessar aquele estudante é necessário percorrer um extenso percurso que se inicia na alfabetização, seu apogeu no ensino fundamental/médio e sua síntese no ensino superior. Não existem atalhos na formação e tampouco no progresso da razão que ainda não se despertou para uma realidade objetiva, o que existe é um emaranhado de informação que chega sem filtro e por diversas vezes transforma os estudantes bem com o educador, tornando-os mais aptos ou não, concomitantemente essa aptidão está vinculada ao conteúdo, a qual eles tiveram acesso. Nesse intuito, Rousseau nos indica como devemos fazer para obter uma boa educação razoável, a fim de evitarmos a total ruína da sociedade, pretende-se

Educar uma criança pela razão! Isto é começar pelo fim, é da obra querer fazer o instrumento. Se as crianças ouvissem a razão, não precisariam ser educadas; mas, falando-se a elas desde a primeira idade numa língua que elas não entendem, estar-se-á acostumando-as a se contentarem com palavras, a controlar tudo o que lhes é dito, a se acreditarem tão sábias quanto seus mestres, a se tornarem altercadoras e rebeldes. (Rousseau, 2004, p.90).

de constante perturbação, porquanto cabe a nos entendê-lo, e, por conseguinte evitar-nos-emos os erros cometidos por uma razão inexperiente.

Ora, se devemos iniciar a educação da criança através da razão, conseqüentemente a família tem um papel importante nesse processo, pois cabe a ela zelar em prol do bem-estar, garantindo não só subsistência vital desse infante como também a emancipação tanto intelectual quanto emocional, este último é causa de vários desentendimentos entre a geração de pais com seus filhos. Uma vez que o ambiente familiar seja um espaço de negações e proibições, ao entrar em contato com outras crianças, porém no espaço escolar, aquela criança reproduzirá o mesmo ciclo de individualismo, preconceitos e, em alguns casos, ódio apreendido no nicho familiar. Logo a formação daquele estudante se inicia já comprometida. A partir desse comprometimento, indagamos como possibilidade a emancipação da razão ao passo que sua transformação ocorra paralelamente com a formação social, cultural e política? Portanto, podemos supor que uma unificação entre todas as ciências, resultaria em um novo arcabouço científico, teórico e principalmente cultural. Dessa maneira, estaríamos descolonizando os olhares de uma geração passada simultaneamente com a descolonização do pensar, do interagir e do formar esse indivíduo/estudante.

Como resultado desse processo de descolonização do pensamento por intermédio do projeto “Sétima na sexta”, concluímos sobre a grande importância da retransmissão da nossa cultura através dos filmes brasileiros. O espectador, ou o cinéfilo, ou mesmo o estudante, tem previamente a consciência de que o filme é uma síntese do processo criativo de determinado diretor, produtor, roteirista. Contudo, tal processo é composto de diversas linguagens que culminam nas imagens em movimento, melhor dizendo, o que se vê não é apenas o produto da manipulação das últimas tecnologias midiáticas. O cinema “é, simultaneamente, narração e representação” (COSTA, 1989, p. 23), ao passo que também é uma obra coletiva que traz nas imagens algo mais que o simples resultado técnico da produção capitalista, ou mera somatória de diferentes expressões artísticas.

Por último, resta salientar a importância da análise das imagens e sons da sociedade moderna como uma oportunidade de fazer-se cultura, transmitir cultura. Uma vez que o filme seja imagem-relação, recorre a trama para contar boas histórias, contudo, o cinema enquanto sétima arte cativa o público mexendo na maneira de aferir conhecimento e informação; muito além do entretenimento, o cinema torna possível a formação de imagens mentais a partir de imagens em movimento, ambas compondo a imagem-relação. Está contido na grande arte das imagens sublimes, o pensamento crítico, autônomo e descolonizador, mesmo que de início todos saibam que se trata apenas de um filme, de uma obra de ficção, temos a sensação de vivermos aquele momento que nos é projetado. Pois a semiologia fílmica, ou a imagem-relação, instaura outro movimento, que leva o espectador para dentro do filme, é nesse momento que o filme alcança a imaginação do espectador, inserindo-se na imagem mental elaborada por ele (DELEUZE, 1985, p. 251). Diante disso, o estudante consegue transpor por si mesmo as dificuldades encontradas na sociedade escolar, familiar e política, pois este aluno está mudado, já não é mais o mesmo quando se iniciou a exibição daquela trama, e ao seu término sair-se-á mudado e preenchido com novos saberes, eis a sínteses de uma reprodução cinematográfica.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, G. **Cinema 1: a imagem-movimento**. Tradução de Stella Senra. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, A. **Compreendendo o cinema**. 2. ed. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Globo, 1989.

BARBOSA, J. L. Geografia e cinema: em busca de aproximações e do inesperado. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **A geografia em sala de aula**. São Paulo:Contexto,1999,p.109-133.

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, que alterou a lei nº. 9.9394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica.

BULLARA, B. MONTEIRO, M. **Cinema**: uma janela magia. 3.ed. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2015. 123p.

DUARTE, R. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRESQUET, A. (Org.). **Cinema e educação**: a lei 13.006 reflexões, perspectivas e propostas. Rio de Janeiro: Universo Produção, 2017, 110p.

OLIVEIRA, JR. W. M. Devir Professor: escritos e estágios docentes. In.: OLIVEIRA JR. MARTINS (Org.). **Educação e cultura**: formação de professores e práticas educacionais. Campinas: Editora Alínea, 2012, p.133.

HEGEL, G.W.F. **Cursos de Estética**. Tradução de Marcos Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 1999. v. 1.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**: para uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Marx. **Indústria Cultural**: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1947/1991.

ALMEIDA. Milton José. **Imagens e sons**: a nova cultura oral. São Paulo; cortez editora, 2004.

ROUSSEAU, J-J. **Émilio, ou, Da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. – 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.